

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

(Processo Administrativo nº 23066.029636/2025-31)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A *UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA*, instituição de ensino superior, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ sob o nº 15.180.714/0001-04, com sede na Rua Augusto Viana, s/n, Palácio da Reitoria, bairro Canela, município de Salvador/BA, CEP 40.110-909, neste ato representada pelo Magnífico Reitor Prof. Paulo Cesar Miguez de Oliveira, nomeado por Decreto da Presidência da República em 12 de agosto de 2022, publicado no DOU em 12 de agosto de 2022, Edição nº 153-A, Seção 02 – Extra A, Página 01 e Termo de Posse do dia 15 de agosto de 2022, portador da Matrícula Funcional nº XXXXX, em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pelo Estatuto da Universidade Federal da Bahia, aprovado pelos Conselhos Superiores da UFBA em 23 de novembro de 2009 doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, na cidade de, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (**nome e função do contratado**), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23066.029636/2025-31 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico nº 90015/2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns para o fornecimento e instalação de persianas diversas e películas prediais, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	SIPAC / CATMAT OU CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
2	<p>PERSIANA HORIZONTAL DE ALUMÍNIO, LÂMINA DE 25 MM</p> <p>Persiana, Material: Alumínio, Tipo: Horizontal, Tipo Luminosidade: Não Aplicável, Tratamento Superficial: Não Aplicável, Tamanho: 25 MM, Aplicação: Ambiente Profissional.</p> <p>ADENDO: Fornecimento e instalação da persiana. Trilho superior com pintura eletrostática. Com corda de recolhimento e haste/bastão de acrílico para o giro das lâminas. A Cor da persiana será definida pela Universidade com o envio da Nota de Empenho.</p>	5251000000018 - 216565	METRO QUADRADO	360		
3	<p>PERSIANA HORIZONTAL DE PVC, LÂMINA DE 25 MM</p> <p>Persiana, Material: Pvc - Cloreto De Polivinila, Tipo: Horizontal, Tipo Luminosidade: Não Aplicável, Tratamento Superficial: Eletrostático, Tamanho: 25 MM, Aplicação: Ambiente Profissional.</p> <p>ADENDO: Fornecimento e instalação da persiana. Largura da Lâmina: De 25 mm a 50 mm. Trilho superior com pintura eletrostática. Com corda de recolhimento e haste/bastão de acrílico. A Cor da persiana será definida pela Universidade com o envio da Nota de Empenho.</p>	5251000000016 - 216589	METRO QUADRADO	859		
4	<p>PERSIANA HORIZONTAL DE PVC, LÂMINA DE 25 MM - COTA 25% ME/EPP</p> <p>Persiana, Material: Pvc - Cloreto De Polivinila, Tipo: Horizontal, Tipo Luminosidade: Não Aplicável, Tratamento Superficial: Eletrostático, Tamanho: 25 MM, Aplicação: Ambiente Profissional.</p> <p>ADENDO: Fornecimento e instalação da persiana. Largura da Lâmina: De 25 mm a 50 mm. Trilho superior com pintura eletrostática. Com corda de recolhimento e haste/bastão de acrílico. A Cor da persiana será definida pela Universidade com o envio da Nota de Empenho.</p>	5251000002552 - 216589	METRO QUADRADO	180		

5	<p>PERSIANA VERTICAL DE POLIÉSTER, COR CREME, LÂMINA 9 CM</p> <p>Persiana, Material: Tecido Poliéster, Tipo: Vertical, Aplicação: Ambiente Profissional, Características Adicionais: Comando Giratório Em Correntes De Aço Inoxidável, Largura Lâmina: 9 CM, Cor: Creme.</p> <p>ADENDO: Fornecimento e instalação da persiana. Com bandô. Trilho de alumínio. Comando Giratório em correntes de aço inoxidável ou plástico.</p>	5251000000014 - 289285	METRO QUADRADO	790		
6	<p>PERSIANA VERTICAL DE POLIÉSTER, COR CREME, LÂMINA 9 CM - COTA 25% ME/EPP</p> <p>Persiana, Material: Tecido Poliéster, Tipo: Vertical, Aplicação: Ambiente Profissional, Características Adicionais: Comando Giratório Em Correntes De Aço Inoxidável, Largura Lâmina: 9 CM, Cor: Creme.</p> <p>ADENDO: Fornecimento e instalação da persiana. Com bandô. Trilho de alumínio. Comando Giratório em correntes de aço inoxidável ou plástico.</p>	5251000002554 - 289285	METRO QUADRADO	180		
7	<p>PERSIANA VERTICAL DE PVC, FOSCO BEGE, LÂMINA DE 89 MM</p> <p>Persiana, Material: Pvc - Cloreto De Polivinila, Tipo: Vertical, Tratamento Superficial: Eletrostático, Tamanho: 89 MM, Aplicação: Ambiente Profissional.</p> <p>ADENDO: Fornecimento e instalação da persiana. Cor da persiana bege (fosco). Com bandô em alumínio ou PVC e revestido com o mesmo material da persiana. Trilho de alumínio. Controle giratório em corrente de aço inoxidável ou polipropileno.</p>	5251000000015 - 270780	METRO QUADRADO	1115		
8	<p>PERSIANA VERTICAL DE PVC, FOSCO BEGE, LÂMINA DE 89 MM - COTA 25% ME/EPP</p> <p>Persiana, Material: Pvc - Cloreto De Polivinila, Tipo: Vertical, Tratamento Superficial: Eletrostático, Tamanho: 89 MM, Aplicação: Ambiente Profissional.</p> <p>ADENDO: Fornecimento e instalação da persiana. Cor da persiana bege (fosco). Com bandô em alumínio ou PVC e revestido com o mesmo material da persiana. Trilho de alumínio. Controle giratório em corrente de aço inoxidável ou polipropileno.</p>	5251000002555 - 270780	METRO QUADRADO	305		

9	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PELÍCULA PREDIAL - BRANCO LEITOSO Instalação de Película de Proteção. Serviço de instalação de película predial com fornecimento de material. Película em poliéster, tipo branco leitoso. A película deve possuir as seguintes características: a) Espessura mínima de 50.8 micras (2 mil); b) Proteção contra raios UV $\geq 95\%$; c) Proteção contra Raios Infravermelhos $\geq 85\%$; d) Deve possuir ação anti-estilhaçamento, permitir remoção sem deixar resíduos, e ser aplicada sem bolhas ou vincos.	3916000000006 - 5584	METRO QUADRADO	640		
10	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PELÍCULA PREDIAL - BRANCO LEITOSO OU JATEADO (LISTRADA NA HORIZONTAL) Instalação de Película de Proteção. Serviço de instalação de película predial com fornecimento de material. Película em poliéster, tipo branco leitoso ou branco jateado (listrada na horizontal). A película deve possuir as seguintes características: a) Espessura mínima de 50.8 micras (2 mil); b) Listras com altura de 10 mm a 50 mm, alternadas com espaços transparentes de 10 mm a 50 mm (tamanho será informado pela Universidade); c) Proteção contra raios UV $\geq 95\%$; d) Deve possuir ação anti-estilhaçamento, permitir remoção sem deixar resíduos, e ser aplicada sem bolhas ou vincos.	3916000000009 - 5584	METRO QUADRADO	600		
11	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PELÍCULA PREDIAL – JATEADA Instalação de Película de Proteção. Serviço de instalação de película predial com fornecimento de material. Película em poliéster, tipo jateada. A película deve possuir as seguintes características: a) Espessura mínima de 50.8 micras (2 mil); b) Proteção contra raios UV $\geq 95\%$; c) Deve possuir ação anti-estilhaçamento, permitir remoção sem deixar resíduos, e ser aplicada sem bolhas ou vincos.	3916000000189 - 5584	METRO QUADRADO	300		

12	<p>SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PELÍCULA PREDIAL - PRETA (OPACA)</p> <p>Instalação de Película de Proteção.</p> <p>Serviço de instalação de película predial com fornecimento de material. Película em poliéster, tipo preta (opaca). A película deve possuir as seguintes características: a) Espessura mínima de 50.8 micras (2 mil); b) Transmissão luminosa igual a zero (não deverá permitir transmissão de luminosidade); c) Proteção contra raios UV \geq 95%; d) Deve possuir ação anti-estilhaçamento, permitir remoção sem deixar resíduos, e ser aplicada sem bolhas ou vincos.</p>	3916000000007 - 5584	METRO QUADRADO	500		
13	<p>SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PELÍCULA PREDIAL - BRANCO LEITOSO (QUADRICULADA)</p> <p>Instalação de Película de Proteção.</p> <p>Serviço de instalação de película predial com fornecimento de material. Película em poliéster, tipo branco leitoso (quadriculada). A película deve possuir as seguintes características: a) Espessura mínima de 50.8 micras (2 mil); b) Deverá possuir quadrados medindo 30 mm de lado, separados por espaços transparentes de 5 a 10 mm ao lado, acima e abaixo (dimensões aproximadas); c) Proteção contra raios UV \geq 95%; d) Deve possuir ação anti-estilhaçamento, permitir remoção sem deixar resíduos, e ser aplicada sem bolhas ou vincos.</p>	3916000000010 - 5584	METRO QUADRADO	600		
14	<p>SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PELÍCULA PREDIAL - NANO CERÂMICA - TRANSPARENTE</p> <p>Instalação de Película de Proteção.</p> <p>Serviço de instalação de película predial com fornecimento de material. Película filtro solar, tipo - nano cerâmica. A película deve possuir as seguintes características: a) Transparente; b) cor - incolor para vidros; c) Proteção contra raios UV \geq 99%; d) Proteção contra raios infravermelhos \geq 85%; e) A película deve ser específica para arquitetura; f) A película não deve conter metal em sua composição; g) Deve possuir ação anti-estilhaçamento, permitir remoção sem deixar resíduos, e ser aplicada sem bolhas ou vincos.</p>	3916000000174 - 5584	METRO QUADRADO	2530		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do presente contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.*
- 2.3. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*
- 2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
- 2.5. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$ **1.911.575,60**.*
- 5.2. *No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.*
- 5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. *Realizar o reparo no objeto no(s) endereços listados no apêndice do Termo de Referência (Relação de Unidades e Endereços).*

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.3. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
e

13.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

13.4. A extinção contratual em razão do cumprimento integral do objeto não afasta a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao prazo de garantia contratual do serviço estabelecido no tópico 2.1, que continuará em vigor até o seu término, permanecendo exigíveis as obrigações dela decorrentes, ainda que encerrada a vigência do presente instrumento.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade:
- II) Fonte de recursos:
- III) Programa de trabalho:
- IV) Elemento de despesa:
- V) Plano interno: e
- VI) Nota de empenho:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Salvador*, Seção Judiciária da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MINUTA DE CONTRATO Nº 94/2025 - CMP/PROAD (12.01.10)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 07/10/2025 08:50)

LORENA ANDRADE BARRETO SILVA

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

NUCOM/CMP (12.01.10.02)

Matrícula: ###563#6

(Assinado eletronicamente em 03/10/2025 14:26)

NICOLLE GIUDICE BRITO

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

NUCOM/CMP (12.01.10.02)

Matrícula: ###678#2

(Assinado eletronicamente em 09/10/2025 15:34)

WAGNER MIRANDA GOMES

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROAD/UFBA (12.01.81)

Matrícula: ###762#5

Visualize o documento original em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **94**, ano: **2025**,
tipo: **MINUTA DE CONTRATO**, data de emissão: **03/10/2025** e o código de verificação: **be24bb8b2d**